



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 099

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 098ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE NOVEMBRO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elza Correia, Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Antes de solicitar ao nobre deputado Geraldo Cartário a leitura da Ata da Sessão anterior, quero avisar que hoje não teremos o Horário do Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente e nem o Horário das Lideranças, apenas teremos uma homenagem póstuma ao ex-governador Octávio Cesário Pereira Júnior falecido em Londrina, no dia de ontem, por volta das 23h00min.

A Ordem do Dia será mantida, apenas peço a compreensão dos senhores deputados para não encaminhar e nem discutir.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 041/2003

Curitiba, 17 de novembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que as obrigações tributárias decorrentes de fatos geradores do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, ocorridos até 31 de dezembro de 1999, constituídos ou não, ficam dispensadas de pagamento.

O plano de lei em referência que é respaldado na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e consulta aos superiores interesses da Administração, foi-me encaminhado pelo secretário de Estado da Fazenda, através do Ofício nº 263/2003, onde está contida a justificativa adiante transcrita, cujos termos endosso:

“A concessão de dispensa dos créditos tributários relativos a fatos geradores do IPVA ocorridos até 31 de dezembro de 1999, que não objeto de execução judicial, é motivada pelos seguintes fatos:

a) até o advento do novo Código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, cuja vigência se deu em 1998, os proprietários de veículos automotores procediam vendas sem que o fato fosse comunicado ao Detran, o que ocasionou defasagem na atualização dos registros existentes, em decorrência do que muitas vezes o crédito tributário está sendo exigido daquele que não é mais o proprietário do veículo, ocasionando sérios transtornos, tanto à população em geral, quanto ao processo de cobrança do tributo;

b) em relação aos veículos com placas de duas letras que deixaram de efetuar o recadastramento, os mesmos foram baixados no cadastro do Detran. Entretanto, ainda que tais veículos, em sua quase totalidade, já não mais existam, o IPVA continua sendo, anualmente, passível de lançamento, por falta de previsão legal dispensando a exigência.

Ademais, e atenção à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que em seu artigo 14, parágrafo 3º, inciso II, possibilita o cancelamento de débitos cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança, objetiva o presente anteprojeto de lei propiciar que o IPVA seja lançado e efetivamente cobrado somente sobre a frota rodante e existente, e em relação ao efetivo proprietário, trazendo assim substancial economia de recursos ao próprio Estado.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - As obrigações tributárias decorrentes de fatos geradores do Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, ocorridos até 31 de dezembro de 1999, constituídos ou não, ficam dispensadas de pagamento.

§ 1º - Fica autorizada a Coordenação da Receita do Estado a cancelar os valores dispensados na forma do *caput*, deste artigo, bem como a baixar no sistema próprio os dados cadastrais e respectivos débitos de IPVA de veículos terrestres cujas placas sejam de duas letras, devendo haver reativação, com a exigência do tributo, multa e demais acréscimos, se for o caso, na hipótese de tais veículos obterem licenciamento para uso de placa de três letras.

§ 2º - O disposto neste artigo:

- a) não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas;
- b) não alcança os débitos ajuizados.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À **Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 042/2003

Curitiba, 17 de novembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a criação, na estrutura da Secretaria da Educação, de 02 (dois) cargos de provimento em comissão de chefe de Núcleo Regional, símbolo DAS-5, para atendimento aos Núcleos de Jaguariaíva e de Ibaiti.

A proposição ora formulada é, sem qualquer sombra de dúvida, oportuna e necessária, tendo em vista que a Secretaria de Estado da Educação conta, atualmente, com trinta cargos comissionados para chefia de Núcleos Regionais. Mas, como o número existente de Núcleos é de trinta e dois, portanto, com dois cargos a menos do que é compatível e fundamental para a estrutura básica daquela Secretaria de Estado, tal medida é imprescindível.

Os estudos que antecedem o plano de lei em causa, feitos através do protocolado nº 5.627-381-6, analisado também pelas Secretarias da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, demonstram que o impacto orçamentário decorrente da medida é plenamente superável

pela "Lei de Meios", assim como obedece os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (pronunciamentos anexos por cópias autênticas).

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam criados, na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, 02 (dois) cargos de provimento em comissão, de chefe de Núcleo Regional, símbolo DAS-5.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de verbas próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À **Diretoria Legislativa.**

Mensagens:

Sob o nº 041/2003, do senhor governador do Estado, encaminhando anteprojeto de lei dispondo que as obrigações tributárias decorrentes de fatos geradores do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, ocorridos até 31 de dezembro de 1999 constituídos ou não, ficam dispensadas de pagamento.

Sob o nº 042/2003, do senhor governador do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva a criação, na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, de 02 (dois) cargos de provimento em comissão de Chefe de Núcleo Regional, símbolo DAS-5, para atendimento aos Núcleos de Jaguariaíva e de Ibaiti.

Ofícios:

Sob os nºs CTL/CC/274, 275 e 279 a 286/2003, do Sr. governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo, os Projetos de Lei nºs 424, 418, 066, 135, 276, 388, 488, 546, 558 e 563/2003, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/CC/276 e 278/2003, do senhor governador do Estado, restituindo os Projetos de Lei nºs 186 e 187/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, vetados integralmente pelo Poder Executivo, por julgá-los contrários ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/CC/277/2003, do senhor governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei nº 211/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia, comunicando haver vetado integralmente por julgá-lo contrário ao interesse público. À **Comissão de Constituição e Justiça**.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2709

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.11.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2710

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de louvor à Sra. Fani Lerner, em razão do "Prêmio Hannah Neil", oferecido pela organização americana World of Children, pelo trabalho social realizado no Estado do Paraná quando era secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família.

É a primeira vez que uma brasileira recebe essa homenagem. A premiação é a mais importante do mundo na área de ação social para a saúde e o desenvolvimento das crianças.

Anualmente, a World of Children homenageia três pessoas com o Prêmio Kellogg's para o Desenvolvimento da Criança.

Fani Lerner foi selecionada entre 140 candidatos de vários países dos cinco continentes. O prêmio é importante não apenas para o Paraná, mas para o Brasil, que passa por momento de sensibilização em relação à necessidade de ações sociais para bem-estar da população.

A premiação ocorreu em 20 de novembro, em Columbus, Ohio, cidade onde está sediada a World of Children.

A premiação mostra que no Paraná há muito tempo vem sendo feito trabalho sério da área social, com resultados significativos, principalmente no atendimento às crianças carentes. Fani Lerner criou quarenta programas para atender às crianças do Paraná e entre eles se destacam a construção de mais de 500 creches (creches e vale-creche); da Rua Para a Escola, que em 1997 ganhou da Unicef o prêmio Criança e Paz; Linha e Estação de Ofício e Estações de Produção e a Supersopa, que distribuiu mensalmente em creches, escolas e entidades assistenci-

ais 400 mil refeições preparadas com legumes e verduras excedentes da Ceasa.

A indicação de Fani Lerner partiu do ex-chefe de Relações Internacionais do Paraná, Eduardo Guimarães, e foi imediatamente endossada por Agop Kayayan, ex-presidente da Unicef, e pelo ex-chanceler Celso Lafer, além de contar com apoio de vários embaixadores e da primeira-dama de Ohio, Hope Talf, que conheceu o trabalho de Fani Lerner quando visitou o Paraná, em 2001.

A World of Children é uma organização que foi criada com a missão de inspirar ações em benefício das crianças, além de gerar reconhecimento às pessoas que se dedicam a melhorar o mundo para as crianças.

O fundador da instituição, Hary Leibowitz, acreditava que, assim como havia o prêmio Nobel, deveria haver um prêmio para as pessoas que trabalham em ações sociais voltadas às crianças.

Foi feita então uma parceria com o Hannah Neil Children Center, a segunda mais antiga instituição de caridade de Columbus, Ohio. O prêmio recebeu o nome de Hannah Neil, que foi uma lendária na filantropia, atuando na cidade no século XIX. Hannah Neil dedicou sua vida cuidando de mulheres e crianças pobres que viviam nas ruas. Em 1965, ela fundou a instituição de caridade que hoje leva seu nome, o Hannah Neil Center, que tem vários programas que atendem crianças em situação de risco e com dificuldades emocionais, muitas delas causadas por abuso e violência.

Em 1998, a World of Children criou o Prêmio Kellogg's para o Desenvolvimento da Criança, patrocinado pela Fundação Kellogg's, pertencente à empresa que fabrica os cereais Kellogg's.

Sala das Sessões, em 24.11.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2713

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao senhor Dalcly Mendes Santos.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços, por este senhor, prestados à comunidade paraense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.11.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2714

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao senhor Antônio Lourenço Martins.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços, por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.11.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2706

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. David Antonio Pancotti, comandante da Polícia Militar do Paraná, solicitando uma viatura nova para o Destacamento da PM de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 24.11.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Com base no manifesto do Comando da PM de Campo Mourão e no documento assinado pelo presidente do Conselho da Comunidade, juiz de Direito e promotor de Justiça de Barbosa Ferraz, anexos, reiteramos o pedido de um veículo novo para o Destacamento da Polícia Militar de Barbosa Ferraz, pois a frota atual encontra-se sucateada, sem a mínima condição de uso.

REQUERIMENTO Nº 2712

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Octávio Cesário Pereira Júnior.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.11.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2707

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Michetti, (vereador Joás Ferraz Michetti e Sr. Osmaldo Michetti, CEP: 84.945-000) do município de Santana do Itararé-PR, com votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Idamor Michetti, ocorrido no último dia 22 de novembro do ano em curso.

Sala das Sessões, em 24.11.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Idamor Michetti, do município de Santana do Itararé, deixa saudades a toda família. A eles deixa também como legado, uma vida toda de correção, honestidade e integridade.

Homem humilde, pai, avô e amigo de todos jamais será esquecido. Com certeza, e em tempo algum fez

sequer uma inimizade, sobretudo em função da sua maneira calma, tranqüila, alegre de ser.

O município de Santana do Itararé encontra-se em estado de profunda consternação. As pessoas que conviveram com ele são testemunhas da sua retidão, caráter firme, benevolência e amizade. Abriu-se uma grande lacuna, e um sentimento de tristeza e saudade se abateu sobre a comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de pêsames e condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 2711

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto nº 253 de 29/01/2003:

- qual o destino dado à verba que havia sido prevista pelos orçamentos de 2003 e 2004, para o funcionamento do curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa?

Sala das Sessões, em 24.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI S/N

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doutor Ulysses, com sede no município de Doutor Ulysses e foro no município de Cerro Azul.

Art. 1º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.11.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doutor Ulysses, é uma entidade jurídica, sem fins lucrativos, que tem como finalidade a coordenação, proteção e representação legal da categoria profissional dos trabalhadores rurais, mantendo serviços de assistência judiciária para seus associados, promovendo a conciliação nos dissídios coletivos ou individuais de trabalho, promover a fundação e manutenção de escolas profissionalizantes e de alfabetização.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do

projeto de lei que declara de Utilidade Pública estadual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doutor Ulysses.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o deputado Durval Amaral, que irá prestar uma homenagem póstuma, em nome da Assembleia, ao governador Octávio Cesário Pereira Júnior.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente e senhores deputados:

Com certeza o Paraná amanheceu mais triste no dia de hoje! E nós, políticos, todos sentimos muito a ausência entre nós do Dr. Octávio Cesário Pereira Júnior, pela sua luta, pelo seu passado, pela sua garra, pela sua determinação; enfim, um homem público que honrou os vários mandatos que teve como deputado federal ou como governador interinamente.

O Dr. Octávio Cesário morreu aos setenta e sete anos, na noite de ontem. Ele era casado com a Sra. Elaine Aparecida B. Cesário Pereira, já falecida em 1993, e deixa quatro filhos, dos quais amigos meus e amigos de muitos deputados desta Casa, e são eles: Eliane Mara, médica; Sandra Márcia, engenheira; o Octávio Cesário Neto, popular “Vico”, que é advogado; e Leila Maria, dentista, além de deixar onze netos.

O Dr. Octávio iniciou a sua vida política na União Democrática Nacional, a UDN; militou posteriormente na Arena, no Partido Democrático Social e foi um dos fundadores do Partido da Frente Liberal no Estado do Paraná. Era Cidadão Honorário de Londrina, Cidadão Honorário de mais de trinta municípios do Paraná e Cidadão Honorário do Estado do Paraná, por proposta do ilustre deputado Geraldo Cartário no ano de 1997.

Ele nasceu na cidade de Itajaí, em Santa Catarina, em 1926. Formou-se pela Universidade Federal do Paraná no Curso de Direito em 1952; teve uma ampla militância estudantil dentro da Universidade Federal do Paraná, onde foi presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas naquela oportunidade. Foi advogado militante na cidade de Londrina; foi promotor público na cidade de Londrina; foi membro da Associação dos Lavradores na cidade de Cambé e foi membro da Associação Rural do Paraná. Morou em Londrina durante muitos anos e morou também por muitos anos na cidade de Cambé.

Em 1962 Octávio Cesário elegeu-se pela primeira vez deputado federal e no ano seguinte foi convidado pelo ex-governador Ney Braga a assumir o cargo de secretário de Estado do Trabalho e Assistência Social e ainda acumulou, nesse mesmo ano e nessa mesma época, a Secretaria de Estado da Saúde Pública. Foi eleito suplente de senador em 1967 e efetivado em 1974. Elegeu-se novamente deputado federal em 1973, licenciando-se para exercer o cargo de secretário de Estado do Interior e Justiça durante o governo de Emílio Gomes.

Em 1975, no governo Jayme Canet Júnior, foi eleito vice-governador do Estado e assumiu internamente o governo por diversas vezes. Voltou novamente à Secre-

taria de Estado da Justiça, durante o segundo mandato do governo Ney Braga, em 1979. Elegeu-se novamente deputado federal em 1983. E ainda durante a passagem do ministro Ney Braga na Secretaria da Agricultura, foi ele, o Dr. Octávio, seu chefe de gabinete, à frente do Ministério.

Por tudo isso, senhor presidente, a Assembleia Legislativa e o Paraná, enlutados, prestam esta homenagem póstuma ao Dr. Octávio Cesário - claro que é uma perda para o Paraná, porque nesses tempos onde campeiam soltas acusações, denúncias, a irresponsabilidade, muitas vezes administrativa - por todos os muitos anos de vida pública Dr. Octávio, pelos mais variados cargos e postos que assumiu na sua vida pública, nunca, em tempo algum, houve qualquer tipo de dúvida, de suspeita sobre os seus atos.

Então, fica aqui da Assembleia Legislativa, em nome do presidente, do vice-presidente, do secretário, enfim, em nome de toda a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná esta homenagem póstuma da Assembleia a esse Cidadão Honorário do Paraná, ex-governador do Paraná, falecido na data de ontem. Todos nós nos somamos à dor da família do Dr. Octávio e, por que não dizer, à dor da família paranaense, que na data de ontem perdeu um filho ilustre.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Todos os parlamentares se associam ao deputado Durval em homenagem póstuma ao ex-governador, ex-vice-governador, ex-deputado federal, Octávio Cesário Pereira Júnior.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente - **Devolvido ao autor.**

Quero informar que vou devolvê-lo a V. Exa., porque sindicato não pode ser declarado de Utilidade Pública. Estavam sendo cometidos alguns equívocos, aqui, em relação à apresentação do projetos de sindicatos.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 494/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar à APAE de Foz do Iguaçu, o lote nº 0179, do quadrante 10, quadrícula 01, setor 06, da quadra 38, com benfeitorias, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 539/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que municipaliza o trecho da Rodovia PR-471, que liga a sede do município de Três Barras do Paraná até o Rio Iguaçu. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 655/2003, de autoria da CPI - Banestado, fica o Poder Executivo proibido de iniciar, renovar ou manter, em regime de exclusividade, com qualquer instituição bancária privada o que especifica, sem a realização do respectivo processo licitatório, e adota outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Resolução nº 020/2003, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados, mês de outubro de 2003, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992. **COM PARECER FAVORÁVEL DA Comissão de Tomada de Contas. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para o município de Engenheiro Beltrão, dos lotes de terras nºs 12 e 13, da quadra 54 da planta geral da cidade de Engenheiro Beltrão, de propriedade do Governo do Estado do Paraná, para construção de prédio destinado ao funcionamento da escola municipal. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CTIC. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2003, de 09/09/2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 514/2003**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 514/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por desígnio autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação para o município de Engenheiro Beltrão dos lotes de terras nºs 12 e 13, da quadra 54 da Planta Geral da cidade de Engenheiro Beltrão / PR, de propriedade do Governo do Estado do Paraná, para construção de prédio destinado ao funcionamento de escola municipal.

Neste contexto, deve ficar evidenciado que o imóvel em questão, devidamente discriminado no artigo 1º do referido projeto, será destinado à construção do prédio da Escola Municipal de Engenheiro Beltrão.

Diante da situação ora ressaltada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucio-

nalidade e oportunidade da matéria. Porém, faz-se mister ressaltar que vota-se pela aprovação de um substitutivo geral na forma apresentada, visto que, diante da natureza do presente projeto, há de se vislumbrar em seu escopo as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

**SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ
AO PROJETO DE LEI Nº 514/2003**

Art. 1º - Autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação para o município de Engenheiro Beltrão, dos lotes de terras de sua propriedade a seguir: lote de terras nº 12, da quadra 54, do perímetro urbano da cidade, com área de 705 m2, devidamente matriculado sob o nº 7597 do Livro 2 - Registro Geral; lote de terras nº 13, da quadra 54, do perímetro urbano da cidade, com área de 705 m2, devidamente matriculado sob o nº 7598, do Livro - Registro Geral; ambos no município e comarca de Engenheiro Beltrão / PR.

Parágrafo Único - O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal para construção de prédio destinado ao funcionamento da Escola Municipal.

Art. 3º - O imóvel especificado nesta lei não pode ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo imóvel e benfeitorias que porventura venham ser edificadas, ao patrimônio do Estado, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

PROJETO DE LEI Nº 514/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Nelson Tureck, autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao município de Engenheiro Beltrão, os lotes de terras nºs 12 e 13 da Quadra 54 da Planta Geral da cidade de Engenheiro Beltrão, de propriedade do Estado do Paraná, que será destinado para construção de prédio o qual será destinado ao funcionamento de escola municipal.

A referida doação é de interesse do município de Engenheiro Beltrão, o qual pretende desenvolver na área melhoria para atendimento dos estudantes daquele município.

Face ao exposto, tendo em vista que a proposição em epígrafe atende aos interesses maiores da população

daquele município e objetivos da administração municipal, ao ser consultada esta douta Comissão, nada obsta, sendo assim nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06.11.2003.

(aa) VANDERLEI IENSEN - Presidente

LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 111/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, que sugere a doação de medidas de apoio aos pescadores profissionais. **PARECER FAVORÁVEL DA CAIC. (Publ. no DA nº 085/2003, de 20.10.2003).**

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
INDICAÇÃO Nº 111/2003

P A R E C E R :

A presente indicação legislativa, de autoria do senhor deputado Reni Pereira, visa sugerir a doação de medidas de apoio aos pescadores profissionais.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após análise com relação ao mérito, louvamos a iniciativa do senhor deputado, por acreditarmos ser de interesse da coletividade.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

MILTINHO PUPIO - Relator

Em votação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para dizer aqui que, eu sei que V. Exa. faria a leitura agora; no item 06 há um erro de redação que já poderia ser corrigido pela Mesa: "sugere a doação de medidas de apoio".

Quero crer que seja: "sugere a adoção de medidas de apoio".

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi um erro de imprensa, da nossa gráfica. Agradecemos a informação de V. Exa. à Mesa.

Em votação e em discussão única da Indicação nº 111/2003, de autoria do deputado Reni Pereira.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. MARCOS ISFER (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel requer o Horário do Grande Expediente de amanhã, para a leitura do relatório, já aprovado pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica concedido a V. Exa.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Questão de Ordem**)

Solicito a dispensa da Redação Final do Projeto de Lei nº 655.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já tem um requerimento aqui, nobre deputado.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Questão de Ordem**)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2709, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2706, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2711, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2707, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2710, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2712 a 2714 de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 019 e 376/2003.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 380, 381, 427 e 533/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 093, 104, 106, 109 e 110/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
30ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Pastor Edson Praczyk, Tadeu Veneri, José Maria Ferreira, Marcos Isfer, Elza Correia, Chico Noroeste, Vanderlei Iensen, Padre Paulo Campos e André Vargas. Havendo número legal, o presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da reunião anterior em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo deputado Marcos Isfer - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 076/2003 de autoria do deputado Chico Noroeste. Projeto de Lei nº 377/2003 de autoria do deputado Waldir Leite e Projeto de Lei nº 541/2003 de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, todos anexos. O deputado Elton Carlos Welter, relator, acata voto em separado, contrário do deputado José Maria Ferreira. APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 543/2003 de autoria do deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL do deputado Elton Carlos Welter, na forma da emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 585/2003 de autoria da deputada Arlete Caramês. Parecer FAVORÁVEL do deputado Elton Carlos Welter, na forma da emenda anexa. APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 19/2003 de autoria do deputado Delegado Bradock. Parecer FAVORÁVEL à emenda de Plenário, do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 133/2003 de autoria do deputado Doutor Luciano. Parecer CONTRÁRIO, do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 167/2003 de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 168/2003 de autoria do deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 208/2003 de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 582/2003 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL às emendas de Plenário, do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 624/2003 de autoria do deputado Miltinho Pupio. Parecer CONTRÁRIO do deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 643/2003 de autoria do deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 644/2003 de autoria do deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 645/2003 de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer CONTRÁRIO do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 650/2003 de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do deputado Elton Carlos

Welter - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 655/2003 de autoria da CPI do Banestado. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 660/2003 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 665/2003 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Tadeu Veneri, na forma da emenda anexa - APROVADO; 18) Proposição Veto nº 43/2003 de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 307/2003 de autoria do deputado Tadeu Veneri e outros. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 335/2003 de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 604/2003 de autoria do deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 612/2003 de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 651/2003 de autoria do deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
TERMO DE ATA

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Antonio Anibelli e com a presença dos deputados Jocelito Canto, Doutor Luciano, Delegado Bradock, Duílio Genari, José Maria Ferreira e Pastor Edson Praczyk. Não havendo número legal, declarou-se transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado, será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária